

PROCESSO: nº 13.754/07
INTERESSADO: Engenharia e Pavimentação Ltda. - ENGEP
MUNICÍPIO: Americana
ASSUNTO: Análise do Estudo de Impacto Ambiental – EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA das Obras de Implantação do Aterro Industrial para Resíduos Não Perigosos (Classes IIA e IIB) em Regime de Codisposição com Resíduos Sólidos Domiciliares
DATA: 05.07.11

1. INTRODUÇÃO

Trata-se da súmula do Parecer Técnico nº 010/11/IPSR, elaborado pelo Setor de Avaliação de Sistemas de Tratamento de Resíduos – IPSR do Departamento de Avaliação de Processos - IP, com a colaboração da Agência Ambiental de Americana e de outros setores desta Companhia, para subsidiar a análise da viabilidade do empreendimento em referência.

Segundo o EIA, o projeto apresentado visa a implantação do Aterro Industrial para Resíduos Não Perigosos Classes IIA e IIB, conforme a NBR 10004/2004 – Resíduos Sólidos – Classificação da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, em Regime de Codisposição com Resíduos Sólidos Domiciliares para atendimento do município de Americana.

2. DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO

A propriedade destinada à implantação do empreendimento, com 347.195 m², localiza-se na Fazenda Salto Grande, no município de Americana, com acesso principal pela Av. Nicolau João Abdalla, seguindo pela Estrada da Usina Ester e via vicinal até a referida Fazenda. Tal propriedade encontra-se afastada de núcleos habitacionais e seu entorno encontra-se antropizado com predomínio do cultivo de cana-de-açúcar e presença de fragmento florestal contíguo na porção oeste.

O Aterro ocupará uma área de 221.356 m², e receberá até 500 t/dia de resíduos em final de plano, com execução de 9 camadas. A altura total do maciço será de aproximadamente 42m, até a cota 655m. Sua capacidade volumétrica será de 3.785.716 m³ e a vida útil estimada em 20 anos. A sua concepção prevê todos os sistemas de proteção e controles ambientais para este tipo de atividade, tais como: drenagens de águas pluviais, sistemas de impermeabilização de base, sistema de drenagem de líquidos percolados (na base e entre as camadas) com adequado tratamento e destinação final destes líquidos, drenagem de gases e cobertura diária dos resíduos com solo argiloso compactado.

Para o empreendimento foram previstos: sistema de isolamento com cerca e barreira vegetal, vigilância, instalações de infraestrutura e apoio, além de vias internas de acesso. Conforme descrito no EIA, estão previstos, ainda: Programa de Comunicação e Participação Social; Plano de Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais e Subterrâneas; Programa de Monitoramento de Líquidos Percolados; Programa de Monitoramento de Gases Gerados no Aterro; Programa de Recomposição Vegetal; Programa de Controle Ambiental das Obras; Programa de Monitoramento Geotécnico do Maciço de Resíduos; Plano de Gestão de Resíduos Sólidos e Plano de Encerramento do Aterro.

3. AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

Os principais potenciais impactos negativos ao meio ambiente, decorrentes das fases de planejamento, instalação, operação e encerramento do empreendimento, bem como, as principais medidas mitigadoras e/ou compensatórias propostas pelo empreendedor e as sugeridas no Parecer Técnico 010/11/IPSR são apresentadas a seguir:

3.1 Fase de planejamento

Expectativas da população - a divulgação das informações sobre a implantação do empreendimento pode causar dúvidas e inseguranças sobre eventuais incômodos decorrentes das atividades a serem desenvolvidas. Ainda podem surgir expectativas sobre a geração de empregos. Para mitigação desse impacto deverá ser implementado um Programa de Comunicação Social proposto pelo empreendedor.

3.2 Fase de instalação

Supressão de vegetação e Intervenção em Áreas de Preservação Permanente - APPs - de acordo com o EIA, a Área Diretamente Afetada - ADA e a maior parte da Área de Influência Direta - AID encontram-se atualmente antropizadas e ocupadas por atividade agrícola. Para a implantação do empreendimento será necessária apenas a remoção de cana-de-açúcar fora dos limites da Área de Preservação Permanente – APP do corpo d'água de ocorrência no fragmento florestal contíguo. Salienta-se que está prevista a execução de barreira vegetal, a qual deverá ter seu projeto detalhado para aprovação por ocasião da solicitação da LI. Ressalta-se que a Agência Ambiental de Americana emitiu a Informação Técnica nº 022/2009/LJA de 01.12.09, na qual consta que não há objeções para a realização do empreendimento em estudo, desde que antes da emissão da LO o empreendedor firme Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental e realize a averbação de Reserva Legal da Propriedade.

Uso de áreas de empréstimo e de bota-fora – durante as atividades de escavação está prevista a remoção de 2.213.563,20m³ de solo. Deste, foi estimado o uso para cobertura diária/final e de impermeabilização, os volumes de 420.000m³ e 310.000 m³, respectivamente. Dessa forma, será gerado o excedente de 1.483.563,20m³ de solo. Assim sendo, para a fase da LI, o empreendedor deverá apresentar no âmbito do projeto executivo do Aterro, ensaios geotécnicos interpretados, que provem a adequabilidade do solo da jazida proposta para os fins a que se destinam, bem como, contemplar as áreas de obtenção e armazenamento de solo no Programa de Controle Ambiental das Obras. Além disso, por ocasião da solicitação da LI, o empreendedor deverá apresentar a localização em planta do local de armazenamento temporário de solo e do bota-fora, bem como as respectivas autorizações para uso desses locais.

Interferências no Patrimônio Arqueológico – de acordo com o diagnóstico arqueológico apresentado no EIA, os dados levantados para a contextualização arqueológica e histórica da área de inserção do empreendimento em questão demonstram que este se insere em área com elevado potencial arqueológico, relativo aos períodos pré-colonial e histórico. No entanto, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN emitiu em 22/03/2006 o Parecer Técnico nº058/06 9ªSR favorável à emissão da LP, condicionando a emissão da LI à elaboração e execução de um Programa de Prospecções Arqueológicas.

3.3 Fase de instalação/operação

Intensificação dos Processos de Dinâmica Superficial – a movimentação de solo durante as fases de instalação e operação do aterro poderá favorecer o surgimento de processos erosivos, além do transporte de material particulado para as drenagens locais situadas a jusante da área das obras, com conseqüente assoreamento desses corpos d'água. Para mitigar os possíveis processos de dinâmica superficial, o empreendedor deverá implementar um Programa de Controle Ambiental das Obras, no qual está previsto um Programa de Controle de Erosão. Além disso, serão executados sistemas de drenagem de águas pluviais. Na fase de LI deverão ser apresentados o detalhamento do Projeto Executivo do Aterro Sanitário e os projetos específicos de drenagem e terraplenagem, barreiras físicas, além das ações permanentes de reconformação e recobrimento vegetal das áreas afetadas pelo empreendimento.

Interferências em Unidades de Conservação – UCs - foi verificado que a área prevista para a implantação do empreendimento dista cerca de 10 km do Parque Natural Municipal do Cerrado no município de Paulínia, criado pela Lei Municipal de Paulínia. A Secretaria de Defesa e

Desenvolvimento do Meio Ambiente – SEDDEMA da Prefeitura Municipal de Paulínia que é gestora dessa Unidade de Conservação se manifestou por meio do Ofício nº 053/2011, datado de 03.05.11, no qual consta que não tem nada a opor quanto à implantação do empreendimento.

Impactos sobre a fauna – ainda que as áreas que possam oferecer capacidade de suporte para a fauna de ocorrência regional sejam restritas, prevalecendo áreas amplamente alteradas com predomínio do cultivo de cana-de-açúcar, no diagnóstico apresentado no EIA consta que foram levantadas diversas espécies de répteis, anfíbios, aves e mamíferos. Além disso, mesmo que a maioria dessas espécies sejam adaptadas a ambientes antropizados, foi informada a presença de espécies com algum grau de ameaça. Nesse sentido, deverá ser implementado um Programa de Monitoramento e de Minimização de Incômodos à Fauna, solicitado por este Setor, a ser detalhado na fase de LI.

Pressão na infraestrutura viária, risco de acidentes e incômodos à população – devido à presença e movimentação de veículos pesados, tais como caminhões, escavadeiras, retroescavadeiras e veículos coletores, durante a instalação e operação de empreendimentos desta tipologia, poderão ocorrer incômodos à população, tais como tráfego intenso, geração de poeira e espalhamento de lama, além de alterações no nível de ruído na área de influência. Poderá, ainda, ser gerada e emanada fumaça das citadas máquinas e veículos, ocorrência de riscos de acidentes e deterioração das vias de acesso, principalmente nos meses de chuva. Para mitigação serão implementados o Programa de Minimização de Incômodos e o Programa de Minimização de Riscos de Acidentes solicitados por este Setor, a serem detalhados na fase da LI.

3.4 Fase de operação

Potencial de contaminação do solo, águas subterrâneas e superficiais - trata-se do impacto potencial de maior significância de um aterro sanitário, que é mitigável com a implantação de um bom projeto de engenharia. Visando mitigar esse potencial impacto, o empreendedor deverá apresentar para a fase de LI o detalhamento dos sistemas de impermeabilização inferior, drenagem das águas pluviais, drenagem dos gases, drenagem de líquidos percolados, bem como seu armazenamento, tratamento e destinação final. Deverá ainda implementar os Programas de Monitoramento da Qualidade das Águas Subterrâneas e Superficiais.

Instabilização do Maciço de Resíduos - Para monitorar as condições de estabilidade do maciço sanitário foram propostos pelo empreendedor a instalação de instrumentos, para acompanhamento do comportamento geotécnico do maciço e a implementação de um Programa de Monitoramento Geotécnico do Aterro, o qual deverá ser detalhado por ocasião da solicitação da LI.

Geração e emissão de substâncias odoríferas - não são esperados incômodos pela geração e exalação de odores, uma vez que os núcleos densamente urbanizados mais próximos ao futuro empreendimento estão localizados a cerca de 3 km e a direção predominante dos ventos na região é de sudeste-noroeste, sendo que nesta direção, o entorno do empreendimento não apresenta núcleos habitados. Além disso, está previsto um Programa de Controle e Minimização de Odores, solicitado por este Setor.

Atração de Reservatórios e Vetores - o recebimento de resíduos em aterros sanitários, principalmente nas frentes de trabalho antes do aterramento dos mesmos, poderá atrair reservatórios e vetores de doenças. No entanto, esse potencial impacto será mitigado com a adequada operação do empreendimento e a adoção de medidas mitigadoras já propostas. Além disso, deverá ser implementado um Programa de Controle de Reservatórios e Vetores de Doenças, solicitado por este Setor, a ser detalhado na fase da LI.

Interferências na segurança aeroportuária – foi verificado que a área prevista para a implantação do empreendimento está localizada a 8,5 km do Aeroporto Municipal Augusto de Oliveira Salvação, localizado no km 125 da Rodovia Luiz de Queiroz no bairro da Lagoa, estando, portanto, inserida em

Área de Segurança Aeroportuária – ASA nos termos da Resolução CONAMA nº 004/95. No entanto, foi apresentado pelo empreendedor o Ofício nº 636/SIE-GGCO/2008 emitido pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC em 13.05.08, no qual consta que nada tem a opor à implantação do empreendimento, desde que sejam adotadas as medidas preventivas e corretivas. Além disso, deverá ser implantado um Programa de Monitoramento e Controle de Avifauna solicitado por este Setor.

3.5 Fase de encerramento

Impactos da fase de Encerramento - quando do encerramento das atividades do Aterro, poderão ocorrer alguns impactos ambientais negativos, tais como: processos erosivos, instabilidades no maciço, odores, alteração da paisagem, entre outros. O empreendedor apresentou uma proposta de encerramento e uso futuro da área, a qual deverá ser detalhada em um Plano de Encerramento, por ocasião da solicitação da LI.

4. COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

Foi apresentado no EIA um Programa de Compensação Ambiental, no qual o empreendedor propõe a aplicação de recursos financeiros previstos nas seguintes Unidades de Conservação – UCs: Estação Experimental de Tupi, Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade, Estação Experimental de Mogi Mirim e Parque Estadual A.R.A Valinhos. O interessado informou, ainda, que a Prefeitura de Americana tem interesse em utilizar estes recursos para a criação, melhoria e manutenção de seus parques e praças. No entanto, tal proposta será submetida à apreciação da Câmara de Compensação Ambiental – CCA para a definição da aplicação dos recursos.

5. CONCLUSÃO

Em face ao exposto, entende-se que o empreendimento é ambientalmente viável, desde que sejam implementadas as medidas propostas no EIA e atendidas as exigências técnicas definidas no Parecer Técnico nº 010/11/IPSR. Nestes termos, esta Diretoria submete ao CONSEMA, a presente súmula, para verificação do interesse em apreciar a viabilidade ambiental das Obras de Implantação do Aterro Industrial para Resíduos Não Perigosos (Classes IIA e IIB) em Regime de Codisposição com Resíduos Sólidos Domiciliares no município de Americana, de responsabilidade da empresa ENGEP - Engenharia e Pavimentação Ltda.

Ana Cristina Pasini da Costa

Diretora de Avaliação de Impacto Ambiental